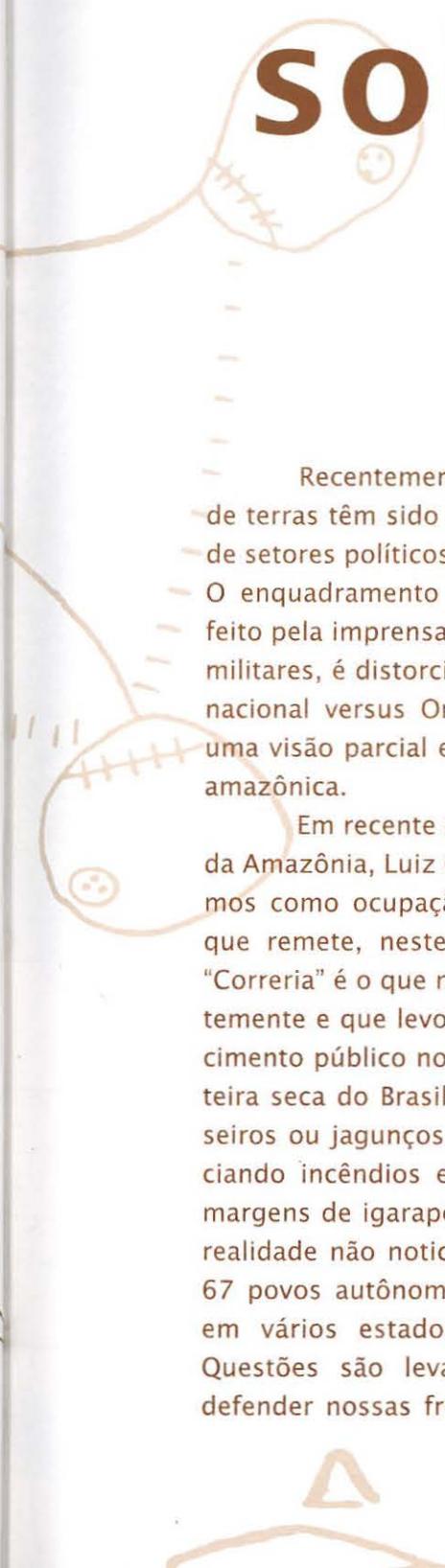


# A questão indígena, soberania e OnGs na Amazônia

Hand-drawn sketches in brown ink on the left side of the page. At the top, a face with a wide smile and closed eyes. Below it, a dashed line leads to another face with a neutral expression. At the bottom, a face with a neutral expression and a small triangle above it.

Recentemente a questão indígena e a demarcação de terras têm sido alvo de ataques na imprensa por parte de setores políticos, militares e do empresariado nacional. O enquadramento – ou *framing* – da questão indígena feito pela imprensa, sobretudo por declarações de setores militares, é distorcido e claramente enviesado. “Soberania nacional versus OnGs”, assim enquadrada a questão, é uma visão parcial e descomprometida da realidade plural amazônica.

Em recente evento em São Paulo, o ex-comandante da Amazônia, Luiz Gonzaga Lessa, reafirmou o uso de termos como ocupação do “vazio demográfico”, expressão que remete, nestes interiores do Brasil, às “correrias”. “Correria” é o que madeireiros peruanos realizaram recentemente e que levou grupos de índios isolados ao conhecimento público no início de junho, fotografados na fronteira seca do Brasil com o Peru. É o ato de 50, 100 posseiros ou jagunços postos a correr pela floresta, tangenciando incêndios e acuando populações indígenas para margens de igarapés onde são alvejadas a tiros. Essa é a realidade não noticiada, em maior ou menor escala, dos 67 povos autônomos ou isolados mapeados pela FUNAI em vários estados do Brasil, em pleno século XXI. Questões são levantadas: onde estão os militares a defender nossas fronteiras nesse caso? Não há tamanha

indignação para com o assassinato desses brasileiros? Por que não há alarde sobre a invasão de nossas fronteiras neste caso? Por que o silêncio?

Verifica-se, paulatina e gradualmente, um processo, nos termos definidos por Snow & Benford, de *frame amplification* (ampliação do enquadramento, em tradução livre), em relação à questão indígena no Brasil. Esse conceito divide-se em “amplificação de valores”, que envolve identificar, idealizar e elevar um ou mais valores que se presumem básicos a potenciais membros de uma organização – mas que por várias razões não inspirou a ação coletiva; e “amplificação de crenças”, que se refere a relações entre duas coisas, ou entre a coisa e uma característica sua.

Dois exemplos desse conceito aplicado são a frase “a Amazônia é nossa”, caso de amplificação de crenças, e a frase recente do Coronel da Reserva do Exército, membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, Geraldo Cavagnari, publicada no jornal Estado de São Paulo:<sup>1</sup> “Parece-me que os índios gostariam de se aculturar, ou seja, viver como vivem os brancos, e não ficar no estado de indignância como estão hoje” – amplificação de valores eurocentristas e embebidos em preconceitos enraizados há séculos na sociedade brasileira.

Nesse raciocínio são enquadradas simultaneamente a Amazônia como “nossa” e as populações indígenas enquanto não fazendo parte desse coletivo, pois não fariam parte, como “nós” fazemos, do mundo moderno – posto que querem ser como “nós”. Se o desejam ser, nas palavras do General, é em razão de não o serem, dita a lógica. Percebe-se a orquestração sutil da exclusão das populações indígenas do imaginário que compõe o que pode ser entendido por “brasileiros”, num ideário de falso humanismo que pretensamente intenta resgatá-los de sua situação de miséria, assim entendida pelo autor da infeliz frase.

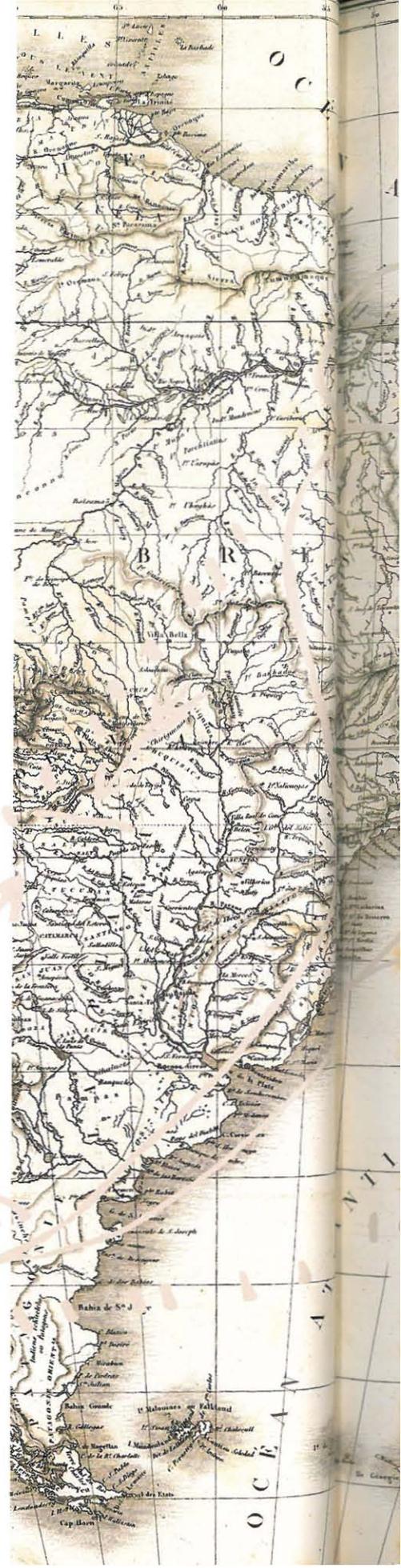
Em 2004, no estado fronteiro de Rondônia, aldeias foram destruídas por “correrias” e envenenamentos, que políticos conservadores e alguns generais defendem indiretamente sob a alcunha de “ocupação do vazio territorial”. De uma aldeia da etnia Kanoê sobreviveu apenas uma família: Purá, Tiramantu (irmãos) e uma criança de colo então ainda sem nome, de toda uma comunidade que há séculos habitava a região. Em outro local, no Rio Tanaru, resta apenas um único indivíduo que resiste ao contato “amigável” e defende sozinho o território de seus antepassados, cobrindo-o de armadilhas. Esses povos estão culturalmente mortos, pois essa família e esse indivíduo, conhecido como “índio do buraco”, perderam sua linhagem de transmissão cultural. Novamente perguntas são levantadas: onde estavam nossas autoridades quando esses atos de barbárie ocorreram? Por que não houve tamanha comoção de nossa classe política e da imprensa brasileira? Não são

brasileiros esses indígenas?

A contundência de tais palavras e a seriedade das reflexões que evocam são imperativas, sob pena de não serem condizentes com a realidade. Nesse proceder, a política de ocupação territorial em andamento da Amazônia pelo agronegócio, pecuaristas, madeireiros e garimpos é genocida, na mais clara acepção desta palavra oriunda do latim *genus* = família, raça, tronco, e *caedere* = matar, cortar.

Adorno considera a falência da cultura e da educação a “razão objetiva da barbárie”.<sup>2</sup> Esta, definida enquanto a agressividade primitiva humana, impulsos de destruição que atentam contra a ética e as instituições, autoriza-se numa sociedade onde a cultura e a educação deixam de ser prioridade tanto do governo como da sociedade civil. Lévi-Strauss define o bárbaro autêntico como aquele que apenas denuncia a barbárie do vizinho e não dá conta de reconhecer a própria barbárie.<sup>3</sup>

A reflexão sobre o bárbaro autêntico de Lévi-Strauss é imperativa ao cidadão brasileiro cioso da ética e dos direitos humanos, quando são repetidas à exaustão imagens de um grupo Kayapó que agride um engenheiro da Eletronorte (e é sonogada a informação do que disse em provocação aberta este indivíduo àquele grupo), quando praticamente não há repercussão dos casos documentados de genocídio indígena em pleno século XXI, e quando a situação de fome e miséria absoluta entre os Guarani Kaiowá, confinados em diminutas reservas, tampouco causa comoção na imprensa e sociedade organizada.





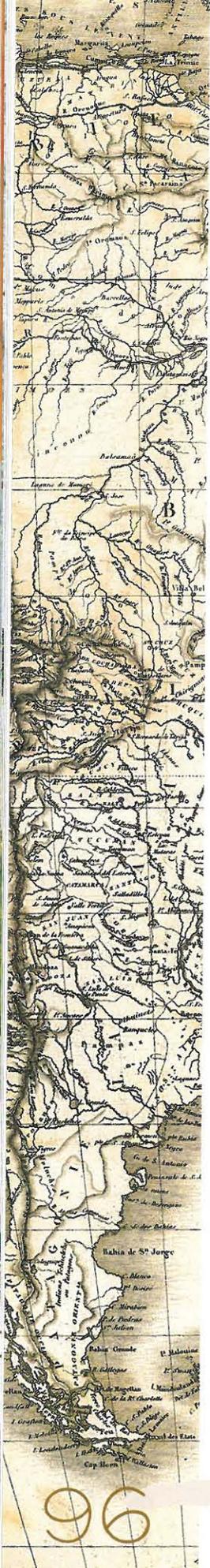
Sobre o processo de *frame amplification*, há que se trazer à reflexão o que significa o “vazio ocupacional” a que gerais e fazendeiros tanto se opõem. Essa é a maior das deturpações que este debate levanta, e foi linha mestra da política da ditadura no avanço sobre a Amazônia. Deve ser veementemente denunciada, como anteriormente o foi por Chico Mendes, antes de seu assassinato. Não existe vazio demográfico, ocupacional, ou populacional no Brasil. Existem populações ribeirinhas, caiçaras, seringueiros e indígenas – estes desde tempos imemoriais – em todas as regiões brasileiras da Amazônia, em maior ou menor concentração.

Pela lógica de “vazio demográfico” defendida pelo agronegócio, quão grande é esse vazio nos latifúndios paraenses, mato-grossenses e de Rondônia? Enquanto a carne e a soja alimentarem as populações e o gado da Europa, nenhuma destas autoridades vociferantes contestarão as “ameaças a nossa soberania” e esses “interesses estrangeiros”? Enquanto a madeira barata do desmatamento servir de alicerce à construção civil da classe média e à “nossa” competitiva siderurgia, o silêncio cômodo continuará a naturalizar a irreflexão quanto à postura da sociedade e do governo frente à Amazônia. Este é o “modelo de desenvolvimento e defesa da soberania” que aumentou a seca do Mato Grosso ao Uruguai e que, se mantido, condenará, em poucas gerações, o

sertanejo nordestino a ter a chuva apenas como lembrança remota.

No Mato Grosso o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, com apoio do governo do estado, vem desenvolvendo projetos para geração de trabalho e renda entre indígenas, assentados da reforma agrária e fazendeiros que cumprem a lei, baseados na cadeia produtiva da castanha-do-pará. O Ministério do Trabalho, o IBAMA, o Corpo de Bombeiros, o Banco do Brasil, o SEBRAE, a FUNAI, o Instituto Raoni, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e OnGs estrangeiras trabalham em coordenação no Xingu para dar escala a iniciativas geradoras de renda baseadas no agroextrativismo. Haveria aí as “ingerências estrangeiras”? Há que se separar o joio do trigo neste debate tão contaminado por concepções geopolíticas anacrônicas e preconceito étnico travestido de nacionalismo.

Os chamados “serviços ambientais” (sequestro de carbono, regulação de regimes hídricos etc.), vitais para a própria existência e a economia nacional, sequer são passíveis de “precificação”. As florestas em pé são rentáveis e as populações indígenas – primeiros brasileiros – via de regra são os que melhor as protegem, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, INPE, comprovam.<sup>4</sup> Por que essas questões não estão também no foco deste debate?



É importante ter-se claro quais interesses são o pano de fundo deste debate sobre Ongs, fronteiras nacionais, Ongs e povos indígenas. Não são a soberania e as fronteiras. É o modelo de crescimento econômico predatório baseado na indústria madeireira, no garimpo ilegal, no agronegócio e na pecuária. Se as Ongs estão na Amazônia, assim como estão em todo o Brasil e em todo o mundo (apenas sediadas no Brasil são mais de 250 mil),<sup>5</sup> e na Amazônia supostamente são mais atuantes que o Estado, isto, além de ser parte de um fenômeno mundial e não restrito somente à nossa realidade, apenas demonstra a necessidade premente de investimento público nas Forças Armadas, FUNAI, Polícia Federal e IBAMA para que façam frente ao desafio imenso da soberania de fato, e não fictícia, na Amazônia. A presença do Estado em toda a Amazônia legal é a real necessidade, não a ocupação daquele bioma pelo *agribusiness*, às custas de vidas de indígenas e trabalhadores rurais brasileiros.

Recentemente o Tribunal de Contas da União revelou, em auditoria, a falência do poder público no Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Pará, no que tange à fiscalização e preservação da floresta.<sup>6</sup> Como ilustração, dos 2,8 bilhões de multas aplicadas na região amazônica, menos de 1% foram pagas. No relatório atesta-se que 80% da madeira extraída e comercializada no sul e sudeste é ilegal, 26 unidades de conservação no Amazonas e Acre possuem apenas um ou dois funcionários para sua proteção e outras 3 não possuem sequer um funcionário. São 60 funcionários com a incumbência de gerenciar uma área de 16 milhões de hectares, 63,24% de todas as florestas protegidas em território nacional.

Se as Ongs na Amazônia são mais atuantes que o Estado brasileiro, isto só denota o descaso de nossas autoridades por aquela região, por nossas instituições e por aquelas populações.

Qual o enquadramento sensato que deve ter a questão indígena no Brasil, afinal? Quais são os interesses da população brasileira como um todo, e dos povos indígenas em especial, no tocante à demarcação de terras indígenas contínuas? As produções de soja, ouro e carne na Amazônia claramente não são sustentáveis ambiental e socialmente. É chegado o momento de a sociedade e o governo brasileiro decidirem o que tem maior valor para o Brasil, garimpos e desmatamento, ou os serviços ambientais e o bem-estar das populações tradicionais.

As organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras prestam um serviço valiosíssimo ao Brasil na região amazônica, com seus programas de alternativas de geração de renda, financiamento de demarcações de terras, auxílio à preservação de culturas indígenas e saúde. São atitudes que direta ou indiretamente garantem a manutenção dos serviços ambientais (como chuvas e rios fluindo), que, se devidamente divulgadas, evitariam a reprodução incauta de discursos embebidos em preconceitos que ganharam recente repercussão, reproduzidos por autoridades de matizes do vermelho ao verde-oliva.

Enquadrar todos os povos indígenas brasileiros enquanto miseráveis e indigentes e cujo maior desejo seria ser como brancos é compactuar com racismo e eurocentrismo – cujos resultados negros e outras minorias sofrem reconhecidamente na pele. Declarações como esta do citado General, além merecerem toda a censura por seu caráter preconceituoso e ultrajante, não fazem jus ao legado do Marechal Cândido Rondon, militar patrono do indigenismo brasileiro, cujo lema humanista tanto honrou a farda: “matar nunca; morrer se preciso for”.

A defesa da soberania brasileira nas regiões fronteiriças é de extrema importância, e deve definir-se pelo aumento da presença do Estado

brasileiro, em proteção não apenas às fronteiras, mas às populações e ao patrimônio ambiental de interesse nacional. Tal empresa só será possível com o respeito aos costumes, organização social e integridade territorial indígenas, e pela ampliação das experiências de sucesso que integram indígenas às Forças Armadas, como ocorre com os povos Kuripacos, Tukanos e Makus, que apesar dos percalços e conflitos causados pela impunidade e desconhecimento dos soldados pela cultura indígena, podem apontar saídas que contemplem tanto a segurança nacional quanto a garantia do bem-estar das populações locais. Um exemplo: os Ashaninkas do Acre, em região de fronteira com o Peru, articularam-se recentemente com a Polícia Federal, e por meio da internet por satélite auxiliaram a detenção de madeireiros peruanos que devastavam suas terras.

Enquadrar todas as ONGs como “arautos da invasão internacional” é tão absurdo e deplorável quanto classificar todos os padres de pedófilos – negando a obra social da Igreja Católica. Seria o mesmo que rotular todo o Poder Judiciário de vendedores de sentenças e todos os militares de assassinos de jovens de favelas. Organizações não-governamentais que de fato realizem atividades escusas devem ser investigadas, contidas e punidas conforme o Direito preconiza, e, se manipulam indígenas e praticam biopirataria, só agem com tal liberdade pela falência do Estado brasileiro na região e pela absoluta carência daquelas populações.

A exigência de cadastramento das ONGs estrangeiras que atuam em territórios indígenas pelo Ministério da Justiça – iniciativa tardia embora louvável – decerto contribuirá para separar quem trabalha de forma altruísta de quem tem interesses escusos.

Se a sociedade brasileira fizer coro à irresponsável e anacrônica retórica oligárquica que desrespeita os direitos humanos e a vida, o meio ambiente e o

futuro das gerações do nordeste ao sul do Brasil, retórica que enquadra o indígena como semi-aculturado e miserável, e todas as ONGs como vilãs, será conivente com a continuidade de crimes como o racismo, o desmatamento, a barbárie, o genocídio e o trabalho escravo nas grandes fazendas.

Os povos indígenas brasileiros e as populações tradicionais são os maiores aliados do Estado brasileiro na região amazônica, e se forem reconhecidos como tal e tiverem seu direito à vida e à dignidade respeitados, em poucas gerações a realidade amazônica pode assegurar o equilíbrio ambiental brasileiro, o conseqüente o bem-estar de todos os brasileiros, e a soberania de fato na Amazônia.

Falar em conspirações estrangeiras para unir a opinião pública e legitimar a opressão de minorias é algo que o passado recente traz lições suficientemente claras para que não o repitamos.

1. <http://www.estado.com.br/editorias/2008/04/1/pol-1.93.11.20080411.18.1.xml>
2. ADORNO, Theodor. *A educação contra a barbárie*, Paz e Terra, 1995.
3. DUROZOI, G. & ROUSSEL, A. *Dic. De filosofia*, Papirus, 1993.
4. [http://www.obt.inpe.br/prodes/seminario2005/INPA\\_seminarioProdes2005.ppt#285,48,Slide 48](http://www.obt.inpe.br/prodes/seminario2005/INPA_seminarioProdes2005.ppt#285,48,Slide 48)
5. [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)
6. [http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/11/relatorio\\_do\\_tcu\\_mostra\\_que\\_na\\_amazonia\\_crime\\_ambiental\\_compensa-546765807.asp](http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/11/relatorio_do_tcu_mostra_que_na_amazonia_crime_ambiental_compensa-546765807.asp)

Marcos Woortmann  
Cientista Político pela UnB  
Supervisor de projetos do  
Ministério do Trabalho e Emprego

